

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

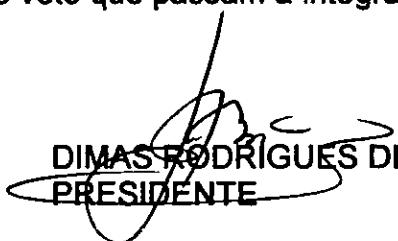
Processo nº. : 10183.003875/95-32  
Recurso nº. : 13.585  
Matéria : IRPF- EXS.: 1991 a 1994  
Recorrente : SÍLVIO ZULLI  
Recorrida : DRJ em CAMPO GRANDE - MS  
Sessão de : 14 DE ABRIL DE 1998  
Acórdão nº. : 106-10.072

**IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS ATIVIDADE RURAL - Mantém-se a tributação dos rendimentos da atividade rural apurados na declaração. - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL NÃO JUSTIFICADO - É tributável na declaração do contribuinte, o acréscimo patrimonial apurado pelo fisco, cuja origem não seja justificada.**

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SILVIO ZULLI.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.



DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE



WILFRIDO AUGUSTO MARQUES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 05 OUT 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros MÁRIO ALBERTINO NUNES, LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, ROMEU BUENO DE CAMARGO e ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO. Ausente justificadamente a Conselheira ANA MARIA RIBEIRO DOS REIS e momentaneamente o Conselheiro HENRIQUE ORLANDO MARCONI.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10183.003875/95-32  
Acórdão nº. : 106-10.072  
Recurso nº. : 13.585  
Recorrente : SÍLVIO ZULLI

**R E L A T Ó R I O**

SÍLVIO ZULLI, contribuinte inscrito no CPF nº 079.402.469 – 68, residente na Avenida Ulisses Pompeu de Campos, s/nº, Centro, Várzea Grande, MT, interpõe recurso voluntário perante esta E. Câmara, em razão da decisão proferida pela Autoridade Fiscal de 1ª instância, a qual julgou parcialmente procedente a exigência fiscal oriunda da omissão de rendimentos da atividade rural e acréscimo patrimonial a descoberto, na forma da ementa a seguir transcrita :

**“Imposto de Renda Pessoa Física – Exercícios de 1991 a 1994  
rendimentos da Atividade Rural: Omissão.**

É de se manter a autuação que está a exigir o imposto incidente sobre os rendimentos tributáveis da atividade rural apurados na declaração.

**Acréscimo patrimonial a descoberto**

Tributa-se a omissão de rendimentos configurada pelo acréscimo patrimonial não justificado pelos rendimentos declarados.

**Impugnação parcialmente procedente” (fls. 118/122)**

Consoante as razões de fls. 124/131, o Contribuinte requer a reforma da decisão em tela, ao que aduz que a exigência fiscal decorreu de presunção, crédito vedado pelo Direito Tributário, pelo que não houve demonstração plena da origem dos valores que serviram de base para a autuação, já que a materialidade tributável constitui obrigação do Fisco. Em acréscimo, expõe o Contribuinte que inexistiu a capitulação da penalidade imposta, nem tampouco foi discriminada a fórmula do cálculo da multa, ao que foram descumpridos os preceitos estatuídos no artigo 142 do C.T.N.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10183.003875/95-32  
Acórdão nº. : 106-10.072

**V O T O**

**Conselheiro WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, Relator**

O recurso é tempestivo, porquanto interposto no prazo estabelecido pelo art. 33 do Decreto nº 70.235/72, e o sujeito passivo está regularmente representado, preenchendo, assim, os requisitos de admissibilidade, razões pelas quais dele conheço.

Trata-se de exigência do recolhimento do imposto de renda pessoa física, decorrente da constatação de omissão de rendimentos da atividade rural e de acréscimo patrimonial a descoberto, com acréscimo da multa por atraso na entrega das declarações.

A decisão recorrida exclui parte do lançamento relativamente aos exercícios de 1991 e 1992, mantendo os demais itens, conforme consta dos fundamentos da decisão recorrida de fls. 119 a 122, com as respectivas justificativas.

No recurso de fls. 125/131, foi alegado que: "O Fisco apanhou um amontoado de números e lançou como Imposto de Renda a pagar, tentando inverter o ônus da prova, que evidentemente é dele, sem qualquer demonstrativo ou desclassificação das demonstrações financeiras."

Sustenta, ainda, que: "não capitulou a penalidade imposta nem demonstrou a fórmula de cálculo de multa, preferindo capitular a infração em dispositivos genéricos."



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10183.003875/95-32  
Acórdão nº. : 106-10.072

Transcreve doutrina e jurisprudência relativamente ao processo administrativo fiscal, citando comentários de vários autores sobre dispositivos do Código Tributário Nacional, concluindo que houve dificuldade à sua defesa.

Por último, argüi que a presunção fere o princípio da legalidade, afeta a ampla defesa e pode criar a ficção jurídica, também, repudiada pelo direito tributário.

Verifica-se, assim, que o recorrente apresenta substancial argumentação, tanto no tocante à doutrina como a jurisprudência, ainda que a discussão nos autos do presente processo, limite-se à matéria fática, probatória, o que não foi solucionado pelo Recorrente, com a apresentação de documentação hábil e idônea.

Sobre este aspecto, vale ressaltar, ainda que improcede, a alegação do recorrente, no sentido de que o lançamento foi efetuado com os dados por ele fornecidos. Ora, essa é uma das maneiras que permite a realização do lançamento, e que, inclusive possibilitaria fossem os fatos imputados elididos através de provas.

Diante destas considerações, considero que a decisão recorrida deve ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Assim sendo, voto no sentido de tomar conhecimento do recurso, por tempestivo e interposto na forma da lei, e, no mérito, nego-lhe provimento.

Sala das Sessões - DF, em 14 de abril de 1998

  
WILFRIDO AUGUSTO MARQUES

